



ACÓRDÃO Nº1151/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11841/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tabatinga.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Paulo Cesar Pereira Bardales (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3262/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tabatinga. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. **Paulo Cesar Pereira Bardales**, Presidente da Câmara Municipal de Tabatinga, exercício 2019, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, "b", "c" e "d" e art. 25 da Lei n.º 2423/1996 c/c art. 11, III, "a", "2" e art. 188, § 1.º, III, "b" e "c" da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **Paulo Cesar Pereira Bardales** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) diante das impropriedades remanescentes identificadas pela DICAMI no achado 3 – itens 3.1.1/3.1.8; achado 11 – itens 4, 5 e 8; e achados 4, 5, 7 e 8, constantes no Relatório Conclusivo n.º 19/2022-DICAMI/CI (fls. 591/645) e reproduzidas no Relatório/Voto que fundamentou a decisão, caracterizando atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza fiscal, contábil,



ACÓRDÃO Nº1151/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, VI, da Lei n.º 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 02, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Considerar em Alcance ao Sr. **Paulo Cesar Pereira Bardales** no valor de **R\$ 4.718,62** (quatro mil, setecentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos) em razão do achado 11 – item 5, constante no Relatório Conclusivo n.º 19/2022-DICAMI/CI (fls. 591/645) e reproduzido no Relatório/Voto que fundamentou a decisão, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, mencionado no item 03, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Tabatinga, com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, VI, da Resolução n.º 04/2002-RI/TCE-AM. Fica a DERED autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

10.4. Determinar que seja recomendado à Câmara Municipal de Tabatinga a imediata providência no que diz respeito à formação de uma Comissão para fazer o levantamento apurado de todos os bens que compõem o seu patrimônio, pelos valores venais de compra, devendo-se fazer as respectivas avaliações/depreciações, dando baixas patrimoniais daqueles bens considerados inservíveis e ao final proceder às alienações, se for o caso.



ACÓRDÃO Nº1151/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.5. Determinar que seja recomendado à Diretoria de Controle Externo do Regime Próprio de Previdência do Estado e dos Municípios do Estado do Amazonas que acompanhe os lançamentos contábeis referentes ao demonstrativo das variações patrimoniais, não registrada aos juros inerentes ao recolhimento em atraso ao RGPS (INSS).

10.6. Determinar que seja recomendado à DICAMI que a próxima Comissão de Inspeção “in loco” verifique se a Câmara Municipal de Tabatinga já está elaborando Concurso Público para que haja proporcionalidade entre cargos efetivos e cargos comissionados, sob pena de reincidência neste tipo de infração, ficando o atual gestor ou outro que venha a assumir a direção daquele Poder Legislativo Municipal, sujeito às sanções previstas no art. 54, inciso VII da Lei n.º 2423/1996.

10.7. Determinar que seja enviado ofício ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS no Amazonas, informando a respeito do valor de **R\$ 78.396,45** (setenta e oito mil, trezentos e noventa e seis reais, e quarenta e cinco centavos) que não foi repassado pela Câmara Municipal de Tabatinga ao RGPS a título de contribuições previdenciárias, remetendo-lhe cópias do Relatório Conclusivo n.º 19/2022-DICAMI/CI (fls. 591/645), do Parecer n.º 3262/2022-MPC-CASA (fls. 652/655) e do Relatório/Voto, para que o Instituto tome as providências que considerar cabíveis.

10.8. Determinar que seja enviada cópia dos autos ao Ministério Público Estadual – MPE para que adote as medidas que considerar adequadas em relação às impropriedades narradas no processo.

10.9. Arquivar o processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Julho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº1151/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral